

Representatividade Feminina nas Secretarias Municipais de Agricultura de Sergipe

Female Representation in the Municipal Secretariats of Agriculture in Sergipe

Priscila Bühler

Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, Brasil

GT 05 - Agricultura familiar, ruralidades e relações de gênero no meio rural

Resumo: O estudo tem como objetivo mensurar a representatividade feminina nas Secretarias Municipais de Agricultura dos 75 municípios do estado de Sergipe, observando a presença (ou ausência) de mulheres nesses cargos e as particularidades que influenciam sua ocupação. A pesquisa possui abordagem quantitativa e descritiva. Foram analisadas as variáveis gênero da(o) prefeita(o), percentual de vereadoras eleitas em 2024, existência da secretaria e gênero da(o) titular. Entre os 69 municípios com secretarias ocupadas, 54 cargos (78,3%) são exercidos por homens e 15 (21,7%) por mulheres. Prefeitas nomearam mulheres em 25% dos casos, enquanto prefeitos homens o fizeram em 19%. Os resultados indicam predominância masculina na liderança da política agrícola municipal e sugerem que maior presença de vereadoras não garante maior participação das mulheres nos cargos.

Palavras-chave: Igualdade de gênero. Liderança feminina. Gênero.

Abstract: The study aims to measure female representation in the Municipal Secretariats of Agriculture across the 75 municipalities of the state of Sergipe, observing the presence (or absence) of women in these positions and the factors that influence their occupation. The research adopts a quantitative and descriptive approach. The variables analyzed include the mayor's gender, the percentage of women elected to city councils in 2024, the existence of a municipal agriculture secretariat, and the gender of its head. Among the 69 municipalities with occupied secretariats, 54 positions (78.3%) are held by men and 15 (21.7%) by women. Female mayors appointed women in 25% of the cases, while male mayors did so in 19%. The results indicate a predominance of men in the leadership of municipal agricultural policy and suggest that a greater presence of women councilors does not guarantee greater participation of women in these positions.

Keywords: Gender equality. Women's leadership. Gender.

1. Introdução

A desigualdade de gênero na ocupação de cargos de liderança permanece como um desafio em diversas esferas da administração pública, especialmente em áreas historicamente associadas ao universo masculino, como a agricultura e o desenvolvimento rural. Embora avanços institucionais e normativos tenham ampliado a participação feminina na política e na gestão pública, as mulheres permanecem sub-representadas em posições de tomada de decisão.

Os estudos sobre representatividade feminina concentram-se majoritariamente em cargos eletivos. No entanto, cargos de nomeação política, como as secretarias municipais objeto de análise, também desempenham papel relevante na formulação e implementação de políticas públicas, especialmente no setor agrícola, onde essas posições são fundamentais para a promoção do desenvolvimento rural e o apoio à agricultura familiar.

O estudo tem como objetivo mensurar a representatividade feminina nas Secretarias Municipais de Agricultura dos 75 municípios do estado de Sergipe, observando a presença (ou ausência) de mulheres nesses cargos e as particularidades que influenciam sua ocupação.

2. Revisão da Literatura

O conceito de gênero constitui uma importante categoria analítica para compreender as relações de poder entre homens e mulheres nas diferentes esferas sociais e institucionais. Conforme Scott (2010), gênero refere-se a uma forma primária de significar relações de poder, permitindo analisar como as diferenças entre os sexos são socialmente construídas e institucionalizadas nas estruturas sociais. A autora destaca que foi a política feminista que conferiu visibilidade às “mulheres” como objeto de investigação histórica, possibilitando questionar como são reproduzidas as desigualdades. Nesse sentido, a abordagem de gênero contribui para compreender a sub-representação feminina em espaços de tomada de decisão.

No campo da representação política, Phillips (2001) problematiza a concepção baseada apenas na defesa de ideias e interesses, mostrando que essa perspectiva é insuficiente para enfrentar a exclusão de grupos marginalizados. Segundo a autora, a qualidade da representação depende também de quem ocupa os espaços de poder. A “política de presença” enfatiza a importância da participação efetiva de mulheres e outros grupos nos espaços decisórios, já que a presença pode ampliar a diversidade de perspectivas na formulação de políticas públicas.

No contexto rural, as relações de gênero historicamente estruturam a divisão do trabalho e o acesso aos espaços de poder. Paulilo (2004) argumenta que as atividades produtivas e de gestão no meio rural foram tradicionalmente associadas ao universo masculino, contribuindo para a invisibilização do trabalho feminino e para a limitação da participação das mulheres em posições de liderança. Mesmo com maior inserção feminina em diferentes esferas da vida, persistem barreiras culturais e estruturais que restringem o acesso delas a cargos de decisão no setor. Assim, analisar a presença feminina na liderança da política agrícola municipal contribui para compreender como as desigualdades de gênero se manifestam nesses espaços.

3. Metodologia

A pesquisa possui abordagem quantitativa e caráter descritivo, com base em dados coletados nos portais institucionais das prefeituras municipais e em fontes públicas disponíveis na internet. O universo de análise compreende os 75 municípios de Sergipe. A coleta de dados ocorreu no período de 01 a 08 de março de 2026, mediante levantamento sistemático.

Para cada município foram coletadas as seguintes variáveis: gênero da(o) prefeita(o); partido político da(o) chefe do Executivo municipal; percentual de vereadoras mulheres eleitas nas eleições municipais de 2024; existência de Secretaria Municipal de Agricultura ou estrutura equivalente; gênero da(o) titular da secretaria. Foram utilizadas estatísticas descritivas, com cálculos de frequências absolutas e relativas, a fim de mapear a distribuição de gênero.

4. Análise de Resultados e Discussão dos Resultados

A análise do Executivo municipal em Sergipe revela a predominância masculina. Entre os 75 municípios analisados, 63 são governados por homens (84%) e 12 por mulheres (16%). Nas Secretarias Municipais de Agricultura observou-se que 70 municípios possuem estrutura administrativa dedicada à área agrícola, com diferentes denominações e, em alguns casos, associada a outras áreas, como meio ambiente, abastecimento ou desenvolvimento rural.

Cinco municípios não possuem Secretarias de Agricultura ou equivalente. Além disso, no município de Carmópolis o cargo encontrava-se vago no momento da coleta dos dados. Assim, a análise da ocupação do cargo considerou 69 secretarias efetivamente ocupadas, onde se verificou predominância masculina na burocracia pública agrícola municipal. Do total de cargos, 54 são ocupados por homens (78,3%), enquanto 15 são ocupados por mulheres (21,7%).

Os resultados indicam que, embora a presença feminina nas secretarias seja superior à proporção de prefeitas eleitas, as mulheres continuam significativamente sub-representadas na gestão pública agrícola municipal. Esse cenário reforça a persistência de barreiras estruturais que limitam o acesso das mulheres a posições de liderança nessa área associada ao masculino.

A análise da relação entre o gênero da(o) prefeita(o) e a nomeação de secretárias revela diferenças moderadas. Entre as 12 prefeitas, 3 nomearam mulheres para a Secretaria analisada, o que corresponde a 25% dos casos. Já entre os 63 prefeitos homens, apenas 12 nomearam mulheres, representando aproximadamente 19% das nomeações. Embora as prefeitas apresentem tendência ligeiramente maior de nomear mulheres para esses cargos, a diferença não altera o quadro de predominância masculina, sugerindo que fatores institucionais, culturais e políticos mais amplos podem influenciar o padrão de nomeações, conforme Scott (2010), são estruturados por relações de gênero que historicamente organizam o poder nas instituições.

Outro aspecto analisado refere-se à presença feminina no Legislativo municipal. Os dados indicam percentuais de vereadoras eleitas nos municípios que variam de 0% a 55,55%. Entretanto, a maior presença feminina nas câmaras não se traduz em maior participação de mulheres na liderança da política agrícola local. Municípios com elevada representação feminina no Legislativo, como Nossa Senhora Aparecida e Pacatuba, onde as mulheres ocupam 55,55% das cadeiras legislativas, permanecem com secretarias de agricultura lideradas por homens. Observou-se que nove municípios sergipanos (12%) não elegeram nenhuma mulher para a câmara municipal nas eleições de 2024, evidenciando a persistência da sub-representação feminina no Legislativo local, reforçando o desafio de maior participação feminina nas estruturas de poder local, tanto em cargos eletivos quanto nos de livre nomeação.

Os resultados sugerem que o aumento da representação feminina em cargos legislativos, embora importante, não garante maior participação feminina em cargos de nomeação política. Isso reforça a necessidade de análises mais aprofundadas sobre os fatores institucionais e sociopolíticos que influenciam a presença feminina na governança agrícola local.

5. Considerações finais

O presente estudo analisou a representatividade feminina nas Secretarias Municipais de Agricultura do estado de Sergipe. Os resultados evidenciam que a liderança da burocracia pública agrícola municipal permanece predominantemente masculina.

Entre os 69 municípios com secretarias ocupadas, apenas 21,7% dos cargos são ocupados por mulheres, revelando desigualdade de gênero na gestão pública agrícola local. Embora as mulheres representem apenas 16% das chefias do Executivo municipal, sua presença nas secretarias analisadas é ligeiramente superior, indicando que os cargos de nomeação política podem representar uma via adicional de inserção feminina na administração pública.

A análise também demonstrou que prefeitas tendem a nomear mulheres em proporção ligeiramente maior que prefeitos. Verificou-se que a maior presença feminina no Legislativo municipal não se traduz automaticamente em maior participação de mulheres na liderança das políticas agrícolas locais, o que dialoga com os limites da chamada “política de presença”, na medida em que a ocupação de espaços representativos não garante, por si só, a redistribuição efetiva de poder nos processos decisórios (PHILLIPS, 2001).

Os resultados contribuem para ampliar o debate sobre gênero e governança pública rural no Brasil, ao evidenciar que a ampliação da representação feminina em espaços políticos formais não garante sua presença em cargos estratégicos de nomeação. Estudos futuros podem aprofundar essa análise por meio de abordagens qualitativas, investigando trajetórias profissionais e fatores institucionais que influenciam a nomeação, bem como incorporar recortes interseccionais, especialmente relacionados à raça, ampliando a compreensão.

Referências

PAULILO, M. I. S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 01, p. 229-252, 2004.

PHILLIPS, A. De uma política de ideias a uma política de presença? **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 01, p. 268-290, 2001.

SCOTT, J. W. Gender: still a useful category of analysis? **Diogenes**, v. 57, n. 1, p. 7-14, 2010.